

3. A MERCANTILIZAÇÃO DE CONSERVATÓRIA EM FUNÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

O turismo é uma das atividades mais importantes do mundo capitalista atual. Tal atividade, que tem por essência a acumulação de capital, reorganiza as localidades onde passam a serem desenvolvidas. As transformações espaciais em função da atividade turística, no entanto, se dão em função dos interesses de seus planejadores em aliança com o poder público, na maior parte dos casos, desconsiderando modos de vida locais e interesses da população residente.

Dando continuidade a nossa análise sobre o desenvolvimento da atividade turística a partir de um olhar geográfico, tendo como base de compreensão o conceito de espaço geográfico, analisaremos neste terceiro capítulo como e a partir de quando passa a ampliar o turismo em Conservatória, quais as principais transformações espaciais verificadas neste distrito e como se estabelecem e se conciliam as atividades econômicas predominantes, o turismo e a agropecuária.

3.1. O processo de transformação econômico, social e espacial da Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense

Para iniciarmos nossa compreensão geográfica sobre o distrito de Conservatória, faz-se necessário antes entender alguns aspectos físicos, localização e a história da Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, tão importante para o Brasil durante o século XIX.

A Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense está localizada ao sul do estado do Rio de Janeiro, em uma extensa depressão enquadrada pela Serra do Mar e os alinhamentos de Cristais do Paraíba do Sul. Esta região é constituída pela associação de duas microrregiões geográficas, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): o Médio Vale do Paraíba, compreendendo os municípios de

Barra Mansa, Itatiaia, Quatis, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Resende, Rio Claro e Volta Redonda e a de Barra do Piraí, composta pelos municípios de Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença.

De acordo com Ramos (2005), o processo de ocupação da Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense pode ser entendido dentro de cinco momentos econômicos que resultaram em diferentes tipos de ocupação em diferentes momentos históricos:

O processo de ocupação promovido pelas atividades capitalistas no Médio Vale do Paraíba Fluminense se deu por meio de “ciclos” econômicos que resultaram em diferentes momentos históricos. O primeiro período de ocupação teve início na primeira metade do século XVII e afirmou a região como uma importante área de passagem que ligava a região das minas aos portos de Rio de Janeiro e São Paulo. O segundo ciclo de ocupação se deu entre 1750 e 1830, através do início da cultura cafeeira no estado do Rio de Janeiro. O terceiro ciclo de atividades ocorre entre 1830 e 1889, com a expansão, clímax e decadência da cultura cafeeira. O quarto ciclo econômico se dá entre as décadas de 80 do século XIX e 40 do século XX, quando a pecuária leiteira ganha espaço no Médio Vale e junto com ela a indústria alimentícia e de laticínios. O quinto e último ciclo se inicia na década de 1940 com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e junto com ela do processo de industrialização da região (2005, p.80).

Assim sendo, a Região do Médio Vale do Paraíba desempenhou distintas funções de acordo com os diferentes momentos históricos pelos quais o estado do Rio de Janeiro passou. Tais funções, já referenciadas, são percebidas, atualmente, desde as ferrovias do período do café, até as indústrias alimentares relacionadas à atividade pecuarista e ao acúmulo de capital comercial e cafeeiro que marcam a paisagem desta região.

A expansão da atividade cafeeira na região do Médio Vale do Paraíba ocorre no período concomitante ao declínio da atividade mineradora no início do século XIX. A produção de café, desta forma, efetiva o processo de ocupação da região em destaque, antes tida como um local de passagem motivado pela mineração no país.

De acordo com Fusco (2002), rapidamente o Vale do Paraíba se transformou num dos principais produtores de café, encontrando-se como um dos mais importantes sustentáculos da economia brasileira e do Império, atingindo seu auge por volta de 1830. Tal região possuía uma série de fatores favoráveis para a prática cafeeira, como

solos, níveis de pluviosidade e gradiente de encostas favoráveis para a existência de um considerável montante de capital acumulado pela atividade comercial.

A partir de 1870, porém, inicia-se o processo de decadência da atividade cafeeira. Segundo Fusco (2002), a prática inconsequente da lavoura gerou um esgotamento dos solos e, aliado a este fator, ocorreu a abolição da escravatura no país, causando um grande abalo na estrutura da sociedade cafeeira fluminense, visto que a mão-de-obra empregada era escrava, diferentemente de São Paulo, onde já havia o trabalho assalariado. Tais fatores levaram à decadência a maioria dos produtores de café da região, na medida em que a riqueza era baseada nas posses de terra e escravos.

Neste período, despontam na Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense outras atividades econômicas como a pecuária e a indústria de alimentos e de laticínios. A criação de gado tornou-se de grande relevância para os produtores locais, sendo significativa até os dias atuais.

No início do século XX, em virtude das guerras e da crise mundial ocorrida no ano de 1929 houve a intensificação do processo de industrialização da economia brasileira. Tais medidas políticas que incentivaram a disseminação de indústrias ficaram conhecidas como Política de Substituição de Importações.

Este fato marca a Região do Médio Vale do Paraíba da seguinte forma, como mostra Fusco:

Este fato irá refletir na Região do Médio Paraíba, na medida que esta reunia uma série de fatores favoráveis para o surgimento de indústrias: certo montante de capital acumulado pelo ciclo cafeeiro; proximidade dos dois principais centros urbanos/mercados consumidores – Rio de Janeiro e São Paulo; existência de uma densa rede de telecomunicações – as ferrovias; e a possibilidade de obtenção de suficiente quantidade de energia através da construção de barragens e represas. Surgem, então, indústrias centradas em dois principais setores: têxtil, com grande concentração em Valença; e de alimentação, sobretudo produtos vinculados à pecuária, como laticínios, com grande destaque para Barra Mansa (2002, p.68)

O processo de industrialização da Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense se intensifica a partir de 1940, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946 e da Rodovia Presidente Dutra em 1951.

A Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense se apresenta atualmente como a região de maior dinamicidade econômica do interior do estado do Rio de Janeiro. Este fato se deve a urbanização pela qual essa região passou no século XX devido a sua industrialização, alterando e reordenando o território antes marcado pela atividade agropecuária (FUSCO, 2002).

A decadência da agropecuária e a emergência de atividades não-agrícolas na região em destaque se relacionam com a expansão das cidades e do mercado de trabalho urbano em áreas rurais. Assim, as famílias ligadas às atividades primárias tiveram que buscar novas formas de obtenção de renda, seja pela indústria, comércio ou, mais recentemente, o turismo.

A atividade turística é um setor que vem ganhando cada vez mais destaque no meio rural fluminense e a Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense exemplifica bem essa situação. De acordo com Natal (2010), para a configuração dessas dinâmicas turísticas, os empreendedores locais constroem um imaginário do meio rural, através da valorização da paisagem campestre, observação da flora e fauna, usufruto dos recursos hídricos, caminhadas, entre outros.

Segundo em Natal (2010), os empreendedores turísticos locais também transformam os patrimônios arquitetônicos, como as casas coloniais, igrejas, fortes e antigas fazendas, em produtos do imaginário rural, por meio de atividades diretas ou por uma reprodução simbólica do passado.

A economia cafeeira deixou marcas significativas na Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, ou seja, grande parte das sedes dessa produção permaneceu como testemunho de importante época da história brasileira. Desta forma, a partir da década de 1980, essas formas pretéritas passam a ser apropriadas e valorizadas a favor das atividades turísticas, tornando-se importante fonte de renda nesses locais.

A atividade turística nesses locais, mesmo que de forma desigual entre os municípios componentes desta região, apresenta-se como uma importante alternativa para o seu desenvolvimento econômico que passou por intenso processo de decadência com o declínio da produção cafeeira. Porém, como destacaremos, as vantagens do desenvolvimento da atividade turística fica restrito a um pequeno grupo de investidores.

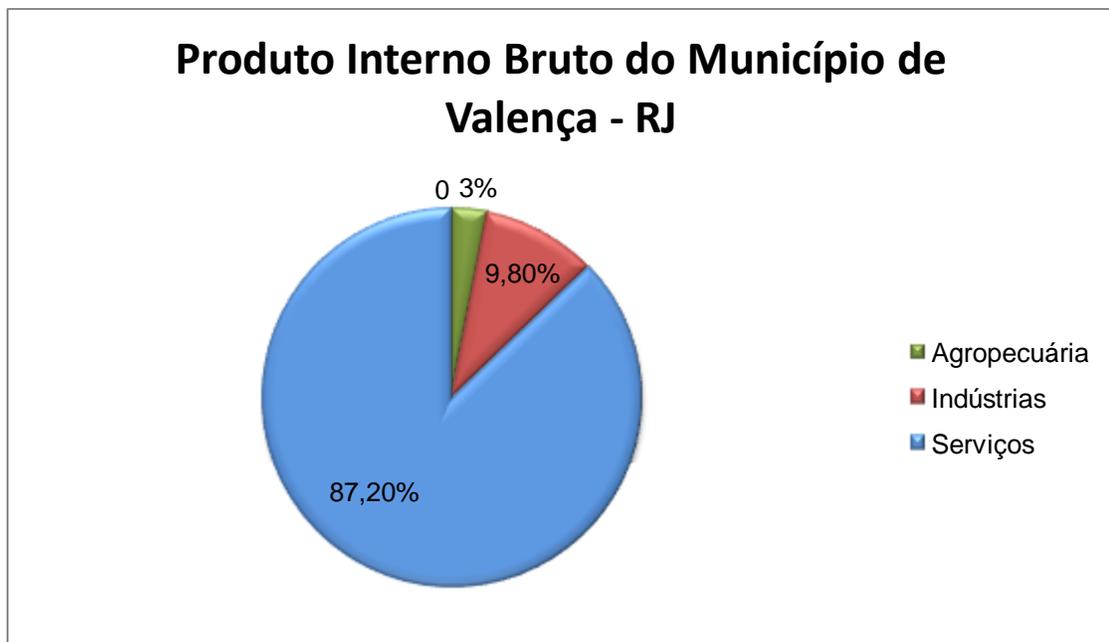
3.2. A expansão da prática do turismo e as transformações espaciais no distrito de Conservatória, Valença/RJ

O município de Valença fica situado na Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense e faz limite com os municípios de Quatis, Barra Mansa, Barra do Piraí, Vassouras e Rio das Flores no estado do Rio de Janeiro e com o município de Rio Preto, no estado de Minas Gerais.

O referido município compreende os distritos de Valença (sede distrital), Conservatória, Barão de Juparanã, Parapeúna, Pentagna e Santa Isabel do Rio Preto (mapa 4).

Conforme o último censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010, o município de Valença possui uma população de 71.843 habitantes, com uma população estimada de 73.445 pessoas para o ano de 2014, compreendidos numa área de 1.304,813 km². Ainda de acordo com o referido instituto, a maioria da população deste município se concentra na área urbana, totalizando 62.224 pessoas, contra 9.619 residentes na área rural, e o setor econômico mais relevante no PIB (Produto Interno Bruto) valenciano é o de serviços, seguido pela indústria e, por último, a agropecuária (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produto Interno Bruno do Município de Valença - RJ



Fonte: IBGE, 2014

O distrito de Conservatória possui uma população estimada de 5.500 habitantes, distribuídos em área urbana e rural, conforme informações obtidas junto à subprefeitura de Conservatória. Ainda de acordo com tais informações, no referido distrito predominam a atividade turística e a pecuária.

A predominância do setor de serviços no PIB reflete as recentes transformações pelas quais passou o município de Valença. Com o declínio da produção cafeeira no final do século XIX, os investimentos passaram a ser direcionados na criação de gado bovino e à produção fabril. No entanto, segundo Marques (2008), o distrito de Conservatória neste momento se viu posicionado à margem do processo econômico pelo qual seguiu o município de Valença, ficando restrito à pecuária.

A partir da década de 1970, porém, passa a se desenvolver a atividade turística em Conservatória, tendo como atrativos o patrimônio histórico, heranças do período cafeeiro, e as serestas e serenatas desenvolvidas do local. Tal atividade se intensifica nos anos de 1980 com a atuação do poder público auxiliando nessa prática além da melhoria das rodovias que dão acesso ao local, tornando-se atualmente, juntamente com a agropecuária, a base da economia deste distrito.

Um importante incentivo à expansão do turismo em Conservatória foi a pavimentação da rodovia que dá acesso ao distrito, a RJ-137, na década de 1980. A partir deste momento, torna-se mais fácil a chegada a Conservatória e aumenta o número de turistas.

O investimento na atividade turística tornou-se uma alternativa ao período de inércia econômica vivenciado por Conservatória após a atividade cafeeira. Porém, o desenvolvimento econômico não significou melhoria de vida da população local, visto que as vantagens econômicas ficaram restritas a um pequeno grupo social.

De acordo com Cruz, a expansão da atividade turística traz desigualdades que são camufladas no discurso de grupos hegemônicos (2006):

Distribuição espacial da riqueza não é o mesmo, entretanto, que distribuição estrutural da riqueza. Por isso, muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações se tivessem tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e de renda. Ingenuidade teórica ou manipulação inescrupulosa de dados ou informações, é isso, todavia, que o discurso dominante sobre o turismo quer fazer crer. (2006, p. 339)

O estímulo à prática do turismo compreende, além da apropriação do espaço por alguns agentes sociais como forma de obtenção de lucro, a assimilação do tempo livre dos trabalhadores, principalmente cidadãos, através de ideologias e propagandas que

levem essas pessoas a necessidade de consumir outros espaços e “aproveitar” seu período ócio.

O distrito de Conservatória, expressa de forma significativa as recentes transformações espaciais em função do turismo. A refuncionalização de fixos que marcam o passado como atrativos turísticos, novos elementos tipicamente citadinos e que dão suporte a atividade turística passam a ser construídos, como bancos, hotéis e restaurantes. Hodierno, o distrito em destaque apresenta como base da sua economia a atividade turística, principalmente, e a agropecuária.

De acordo com Cruz:

A implementação de obras voltadas a aumentar a fluidez do território, bem como outras destinadas a melhoria de condições infra-estruturais básicas dos lugares (abastecimento de água, energia elétrica, coleta e acondicionamento de resíduos sólidos) correspondem a algumas das ações estratégicas emanadas do Estado (sobretudo poderes públicos federal e estaduais) no sentido de desenvolver o turismo no território nacional. Tornar o território atrativo para o capital privado é o objetivo precípua dessas ações (2006, p. 338)

Para Cruz, o desenvolvimento do turismo traz consigo a dinamização da economia no local onde está progredindo:

O aumento espontâneo ou planejado de fluxos turísticos pode dinamizar as economias locais e regionais pelas demandas que os turistas trazem consigo (demandas por hospedagem e alimentação, entre outras), multiplicando infra-estruturas, gerando postos de trabalho, fazendo o dinheiro circular (2006, p. 339)

As transformações espaciais em Conservatória são evidentes. A paisagem do referido distrito é marcada em função da atividade turística, sua principal fonte de renda. A conservação da arquitetura original fez com que inúmeras construções do passado fossem refuncionalizadas em função da atividade turística, como pousadas, restaurantes, lojas, agências bancárias, entre outros.

De acordo com informações no site da prefeitura de Valença, Conservatória possui 42 hospedagens, diversos restaurantes, agências de bancos, lojas de suvenires, aluguel de quartos e casas, entre outros, como mostrados nas fotos a seguir de número 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

Figura 17 – Uma das 42 hospedagem em Conservatória



Fonte: O autor, 2014.

Figura 18 – Pousada em Conservatória



Fonte: O autor, 2014.

Figura 19 – Aluguel de suítes



Fonte: O autor, 2014.

Figura 20 – Restaurante em Conservatória



Fonte: O autor, 2014

Figura 21 – Restaurante em Conservatória



Fonte: O autor, 2014

Figura 22 – Agência do Banco Bradesco no Centro do distrito de Conservatória



Fonte: ANDRADE, P. L. 2014

Figura 23: Agência do Banco do Brasil no centro de Conservatória



Fonte: O autor, 2014

Figura 24 – Loja de souvenir em Conservatória



Fonte: ANDRADE, P. L. 2014

Figura 25 – Feira de artesanato em Conservatória



Fonte: ANDRADE, P. L. 2014

O desenvolvimento econômico que é gerado a partir da atividade turística, no entanto, não significa também desenvolvimento social. Cruz nos chama a atenção em relação a isso: “Todavia, faz-se necessário lembrar, também, que o conceito de desenvolvimento é polissêmico. Desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social” (2006, p.340).

O desenvolvimento turístico deve seguir a lógica da justiça social para ser sustentável. A referida atividade deve ser planejada, principalmente, a fim de atender as necessidades da população local.

Para Cruz:

Desenvolvimento sustentável também pode ser um conceito vago. Sustentável em que sentido? Sustentável para quem? No meu entendimento, o desenvolvimento que queremos é aquele sustentado nas sólidas bases da justiça social, mas seria possível construir uma sociedade mais justa por meio do turismo? Naturalmente não. Todavia, pode-se fazer do desenvolvimento do turismo um instrumento a favor do alcance deste objetivo, mas para isso seria necessário conduzir o processo de desenvolvimento do turismo segundo a premissa da busca por justiça social. Mas essa não tem sido a tônica da ação dos sujeitos hegemônicos da política e da economia. Por isso, não é, também, evidentemente, a tônica do desenvolvimento do turismo (2006, p. 340).

Percebemos, através de entrevistas informais com os habitantes, que a população local e de distritos próximos, na maioria das vezes, insere-se nas atividades turísticas em empregos de baixa qualificação e remuneração, como garçons, recepcionistas, camareiras, diaristas, atendentes de lojas, entre outros. Desta forma, são exploradas pelos investidores do turismo que mais faturam com essa atividade. Sobre isso:

Se, de um lado, o turismo pode, teoricamente, contribuir para “aliviar a pobreza”, de outro, tem sido, na prática, responsável por sua redistribuição espacial. Ao tornar determinadas porções do território atrativas para trabalhadores com baixa qualificação profissional, dado que grande parte dos postos de trabalho diretamente associados ao turismo estão na informalidade ou dizem respeito a empregos mal remunerados, o turismo tem atraído contingentes de pobres para lugares receptores de fluxos, na busca por sua inserção no mundo do trabalho (CRUZ, 2006, p. 340).

Outros problemas também foram constatados com os residentes de Conservatória, como elevação do custo de vida, aumento do preço da terra, imóveis, políticas públicas que atendem principalmente ao setor turístico, serviços precários durante a semana, visto que o turismo acontece principalmente nos finais de semana, entre outros. Nas palavras de Renata, uma moradora de Conservatória de 22 anos e que trabalha como caixa de mercado, fica evidente tais insatisfações: “As ações públicas são voltadas apenas para o turismo. Em períodos de seca, fecham a água para a população local, mas continua sendo fornecido água nos hotéis... O preço de tudo também aumentou por causa do turismo”.

A informação de outra moradora, Denise, de 47 anos, que trabalha na farmácia, corrobora com o depoimento acima: “Políticas para o turismo e pouco para a população. O comércio só abre final de semana”.

José Carlos, de 51 anos e morador de Conservatória, aluga casa para o turismo e trabalha na atividade agrícola. Para ele: “os pontos positivos do turismo são a geração de divisas e novas ideias, já os negativos são a superlotação, falta de água e a expulsão do nativo de Conservatória. O alto preço da terra e o elevado custo de vida dificultam a permanência dos habitantes”.

Nas palavras de Rosa Maria, uma turista de Niterói de 69 anos, e que frequenta Conservatória há mais de 10 anos, pudemos identificar as transformações socioespaciais ocorridas nesse distrito: “Muito mudou nesse período que frequento Conservatória. Hoje em dia é quase tudo comércio. Antigamente tinham mais casas, domicílios. Atualmente, muitas das antigas casas se transformaram em pousadas e lojas”.

Desta forma, percebemos que o planejamento e desenvolvimento da atividade turística em Conservatória atende prioritariamente os empreendedores turísticos, ficando a população local desassistida de seus interesses.

3.3. A pluriatividade em Conservatória

As atividades turísticas vêm contribuindo relevantemente para a ampliação do mercado de trabalho. Muitos locais onde predominavam as atividades agropecuárias, como é o caso de Conservatória, atualmente apresentam como principal disponibilidade de emprego atividades relacionadas ao turismo, num ambiente marcado pela queda da oferta de emprego no setor primário.

Para Cruz:

O aumento espontâneo ou planejado de fluxos turísticos pode dinamizar as economias locais e regionais pelas demandas que os turistas trazem consigo (demandas por hospedagem e alimentação, entre outras), multiplicando infra-estruturas, gerando postos de trabalho, fazendo o dinheiro circular (2006, p. 339)

O aumento na oferta de emprego e o estímulo a economia são destacados por alguns moradores de Conservatória como pontos positivos da expansão do turismo no distrito. Para Rosilândia, de 40 anos e que trabalha em serviços gerais de um hotel: “o turismo trouxe emprego para Conservatória”. De acordo com Lúcia, de 53 anos e que trabalha na feira de artesanato: “O turismo é bom porque aumenta as vendas”.

O declínio da atividade agropecuária e a expansão da oferta de empregos no setor do turismo em Conservatória fez com que muitos habitantes passassem a se inserir nessas novas atividades.

Dentre alguns motivos que explicam o declínio da atividade primária em Conservatória, destacam-se a diminuição das terras destinadas a essa atividade devido a concorrência com o turismo, a queda no preço dos produtos primários e a mecanização deste setor. A partir de então, as famílias rurais deste local passaram a buscar novas alternativas de renda no setor turístico. Muitos habitantes que hoje estão ocupados em atividades turísticas trabalhavam no setor primário, principalmente na pecuária leiteira, de grande destaque no local.

Nesse contexto, outra consequência social da diminuição da atividade primária e expansão de atividades turísticas é o surgimento do fenômeno da pluriatividade, que se resume em estratégia de sobrevivência e reprodução familiar nas unidades de produção. Mesmo que em pequena quantidade, esse fenômeno é observado em Conservatória.

O conceito de pluriatividade, segundo Sérgio Schneider, pode ser entendido como:

Uma nova conformação social onde membros das unidades familiares de produção conciliam atividades agrícolas e não-agrícolas, dada a sua fragilidade social e econômica como agricultores às melhores condições de remuneração oferecidas pelos setores não-agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Tal conformação social é um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que forem adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que tiverem inseridas (2003, p.10).

Anjos (2001) nos auxilia afirmando que a pluriatividade é uma estratégia de resistência entre as unidades familiares de produção diante das transformações ocorridas no espaço rural. Segundo este autor:

(...) tanto a agricultura a tempo parcial como sua versão atual (pluriatividade) emergem como estratégia de resistência e adaptação da agricultura familiar diante do impacto de transformações operadas tanto em seu interior como no entorno exterior em que ela se acha inserida (p.62).

Assim, a pluriatividade remete a um fenômeno social no qual os componentes de uma unidade familiar de produção conciliam atividades agrícolas e não-agrícolas, dada a sua fragilidade social e econômica como agricultores às melhores condições de remuneração oferecidas pelos setores não-agrícolas.

Com a insuficiência da renda do setor primário de produção para a manutenção das famílias no meio rural, a agricultura está se convertendo cada vez mais em uma atividade de tempo parcial, o que corresponde cada vez menos pela renda e pelo tempo de ocupação da família na agricultura (MARAFON, 2006).

Por mais que o fenômeno da pluriatividade não tenha grande destaque no distrito de Conservatória, podemos identificar alguns casos de famílias onde seus membros mesclam atividades agropecuárias e turísticas. Na foto 26, podemos observar a produção de verduras de uma família de Conservatória que também atua em atividades relacionadas ao turismo.

Figura 26 – Produção agrícola de família que também atua em atividades turísticas



Fonte: O autor, 2014

José Carlos, de 51 anos, é um caso de morador que, junto com sua mulher, concilia atividades agrícolas e turísticas. Segundo o próprio: “Eu alugo minha casa para turistas e tenho minha produção de hortaliças que vendo aqui. Também vendo outros produtos agrícolas por consignação. Minha irmã, por exemplo, produz alface e couve e eu vendo”. A mulher de José Carlos, Luzia, de 51 anos, atua também como cabeleireira.

Figura 27 – Local de venda de produtos agrícolas, produzidos pela própria família e anúncio de aluguel de suítes



Fonte: O autor, 2014

Vera Lúcia, moradora de Conservatória de 61 anos, afirma que a pecuária leiteira e de corte ainda tem grande relevância no distrito. A mesma aluga um sítio para a criação de boi e possui uma pousada. De acordo com Vera Lúcia, a família que trabalha em seu sítio também trabalha em atividades relacionadas ao turismo.

No centro de Conservatória, destaca-se um mercado rural (foto 28), onde parte do que é produzido pelas unidades familiares de produção é comercializado.

Figura 28 – Mercado Rural em Conservatória



Fonte: O autor, 2014

Desta forma, mesmo sendo em pouca frequência, acreditamos ser importante destacarmos esse fenômeno no distrito de Conservatória, visto que representa a realidade de algumas famílias locais.

Compreender o espaço turístico passa, necessariamente, pela percepção da produção do espaço sob a lógica do capital. Tal atividade, de grande relevância atualmente, reorganiza o espaço a partir das relações de poder existentes, alterando a dinâmica econômica, cultural, social e material local.

As relações de poder que se estabelecem na produção do espaço turístico, com os diferentes interesses dos empreendedores turísticos, poder público, turistas e população local, nos ajudam a compreender a organização espacial atual.

Como explica Coriolano:

É no conteúdo do espaço de relações sociais que se engendram os processos, pois é nessa formação histórica que se estabelecem, se recriam, se transformam as relações sociais e espaciais. Mas esse produto social não se faz sem conflito, contradições e resistências. É justamente dessas contradições que emergem as relações de dominação e de poder na produção do espaço, que visa a acumulação capitalista (2008, p.283).

No caso de Conservatória, a população local vem sendo cada vez mais expropriada de seus locais para dar lugar aos empreendimentos turísticos. As transformações socioespaciais dificultam a permanência dos habitantes que, sem alternativa, se vêem obrigados a se mudarem.

Nessa relação de poder, vale destacar a posição do poder público, que se faz presente para atender aos interesses dos atores hegemônicos, como bem expõe Coriolano: “Ressalte-se o papel determinante do Estado burguês nesse processo, posicionado-se abertamente a favor das classes dominantes, dos empresários do turismo, dos proprietários de terra, dos agentes imobiliários” (2008, p.284).

Nota-se, que as transformações sociais, econômicas e espaciais na produção do espaço turístico, geralmente privilegiam um pequeno grupo da sociedade em detrimento do interesse da maioria, reforçando o que Santos (2002) afirmou, que os sistemas de ações são cada vez mais racionais em função do capital, criando objetos intencionais a esses fins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o turismo uma atividade socioeconômica e que tem como principal objetivo o consumo e a produção do espaço, acreditamos ter contribuído relevantemente em sua análise no distrito de Conservatória, no município de Valença, na Região do Médio Vale do Paraíba do Rio de Janeiro.

Primeiramente, inserimos uma abordagem geográfica de tal fenômeno, acreditando que a geografia é uma disciplina que muito tem a contribuir para sua interpretação, visto que tem o espaço como principal objeto de consumo. Conforme o pensamento de Cruz:

Duas características intrínsecas ao turismo o diferenciam, fundamentalmente, de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo. (2006, p. 338)

O fato de ser uma prática social consumidora do espaço, transformando-o e reorganizando-o, é o que faz do turismo, em nosso entendimento, uma atividade de grande importância para a análise geográfica.

A partir de nosso estudo, concluímos que o conceito de espaço geográfico apresenta-se como importante ferramenta metodológica para a análise do fenômeno do turismo, visto que nos fornece importantes elementos para a sua compreensão diante da complexidade que o tema exige.

Conforme Coriolano “conclui-se, portanto, que a produção do espaço é determinada por relações sócio espaciais e de poder” (p. 286, 2008). O turismo, desta forma, é uma atividade planejada por empreendedores turísticos, que, aliados ao poder público, interferem no espaço para que este possa se tornar atrativo e ter condições de infraestrutura para receber turistas e, a partir daí, é extraída a mais-valia.

O turismo, no entanto, “é a um só tempo o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes” (CORIOLANO, 2008, p. 282). A partir do momento em que o espaço é apropriado por poucos em detrimento da maioria da

população, presenciamos o conflito de interesses, onde, na maior parte dos casos, prevalecem as vontades dos atores hegemônicos.

Cruz (2006), nos lembra que o período dos anos 90 no Brasil, marcado por políticas neoliberais muito interferiu também no desenvolvimento das atividades turísticas da seguinte forma:

Com a consagração do neoliberalismo como paradigma econômico e político assistimos, nos anos 90, no Brasil, a fase possivelmente mais aguda da transição de um Estado interventor para um Estado parceiro do Mercado, o que se reflete, no turismo, na forma de políticas públicas comprometidas com a produção e a reprodução do capital *vis à vis* as inversões públicas voltadas a criação de um novo sistema de objetos cuja a materialidade é demandada pelo novo sistema de ações que se impõe. (2006, p. 337)

Complementando as palavras acima, acrescentamos um trecho de Milton Santos:

“Fala-se, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos redamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações locais cuja a vida se torna cada vez mais difícil” (2009, p.19).

Ainda em Santos: “Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto aos interesses das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante” (2009, p.66).

A partir do exposto, podemos notar que as políticas planejadoras da atividade turística são essencialmente servidoras à lógica do lucro e acumulação de capital, e que a população local, na maioria das vezes, insere-se na atividade turística apenas tendo seu trabalho explorado por grandes empresários, que são os que mais ganham com o desenvolvimento do turismo.

Como visto no primeiro capítulo, desenvolvem-se em locais turísticos sistemas de objetos cada vez mais artificiais em relação a realidade local e sistemas de ações tendenciosos a interesses externos. O caso de Conservatória nos serviu de exemplo, pois a partir da década de 1980 passam a ser instaladas infraestruturas para que a atividade turística pudesse se desenvolver.

Ao longo do segundo capítulo vimos a estratégia dos empreendedores turísticos em transformar determinados locais em atrativos para serem consumidos por turistas. Concordando com Cruz (2006), todos os lugares são potencialmente turísticos, visto que esta atividade se desenvolve através de uma criação social:

Considerando que a matéria-prima do turismo é o espaço, reconhecemos desde já um diferencial entre a atividade econômica do turismo e outras atividades econômicas, ou seja, teoricamente, todos os lugares são potencialmente turísticos já que a atratividade turística dos lugares é uma construção social e histórica. (2006, p. 339)

Em oposição ao que muito se pensa sobre as localidades turísticas como sendo inata ao espaço, percebemos que são construídos, por parte dos planejadores turísticos, através de propagandas, desejos de se consumirem tais locais, elencando elementos que possam ser atrativos. Cruz (2006), nos dá um bom exemplo sobre essa criação social:

Até meados do século XVIII, por exemplo, não se costumava frequentar praias ou montanhas como espaços de lazer porque tanto oceanos como montanhas causavam pavor às populações. De destinos de lazer a destinos turísticos, espaços a beira-mar e montanhas, tais como todos os considerados atrativos turísticos de hoje e de ontem não são mais que construções culturais (2006, p. 339)

O caso de Conservatória elucidada bem esta análise, pois evidenciamos a criação de valores de determinados elementos deste local, por parte dos agentes do setor turístico sob a coordenação do poder público, tornando este espaço atrativo ao desenvolvimento do turismo através de ações intencionalmente concebidas.

A construção do imaginário turístico de Conservatória se dá através de suas características naturais, como montanhas, cachoeiras, Mata Atlântica e características socioculturais, como refuncionalização de objetos do passado e que permanecem como marcas de um período relevante da história brasileira, além de manifestações culturais que acontecem nas ruas do referido distrito.

As serestas e serenatas são elementos culturais apropriados e valorizados de grande chamariz para a atividade turística em Conservatória. Por ano, milhares de

visitantes, principalmente da terceira idade, se deslocam para o distrito em busca das tradicionais músicas.

Os referidos elementos materiais e imateriais presentes no espaço foram apropriados por empreendedores turísticos em Conservatória, em sua maioria, como vimos, oriundos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que criam valores sobre eles e passam a comercializar com o intuito de retirarem o lucro da atividade turística.

Inúmeras transformações espaciais são presenciadas no espaço a partir deste momento. Essas mudanças são lideradas pelos empreendedores e pelo poder público, seja a nível federal, estadual ou municipal. Segundo Cruz (2006), as obras em infraestrutura, como fornecimento de água, energia elétrica, entre outros, correspondem a ações estratégicas do poder público para atrair o capital privado e desenvolver o turismo.

Para que fosse possível a realização do turismo em Conservatória, observamos a criação de uma infraestrutura especializada, como melhoramentos de vias de acesso ao local, hotéis, restaurantes e tantos outros objetos.

Conservatória presenciou a expansão de inúmeros hotéis, pousadas, restaurantes, bares, além de bancos, lojas de souvenirs, entre outros. Essas transformações são visíveis no espaço deste distrito atualmente. Objetos tipicamente citadinos, aliados a atividades econômicas urbanas passam a marcar a paisagem da Capital das Serestas e Serenatas.

As atividades agropecuárias foram perdendo importância em Conservatória, visto que foram inserido algumas máquinas na produção, além de muitos pequenos proprietários perderem suas terras para investidores turísticos. A oportunidade de empregos no setor turístico expandiu de forma significativa, tornando-se uma alternativa a população local. No entanto, como podemos presenciar, a população local, em sua maioria fica alijada de toda a riqueza que o turismo oferece ao distrito, permanecendo simplesmente como mão de obra barata para os grandes empresários do setor.

Pudemos notar, mesmo com pouca intensidade, a inserção de membros de unidades de produção agrícola que, para complementar na renda familiar, passaram a conciliar a atividade agrícola com atividades turísticas, visto que os serviços turísticos

se acentuam nos finais de semana. Assim, algumas pessoas se dedicam as atividades agropecuárias durante a semana e no final, trabalham em função do turismo, caracterizando-se o fenômeno da pluriatividade.

O turismo como atividade econômica essencialmente capitalista, é gerador de desigualdade e exclusão social, no entanto, colocaremos possibilidades de se desenvolver esta atividade de forma mais integradora, melhorando as condições de vida da população local, atendendo suas necessidades e interesses. Concordando com Cruz (2006):

Partindo do pressuposto de que vivemos inseridos no contexto de um modo de produção capitalista e que o capitalismo é, por essência, concentrador de riqueza e gerador de exclusão social, o que cabe colocar em discussão são as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais, histórica e socialmente construído (2006, p. 339)

Desta forma, Conservatória se torna importante espaço de atração turística no estado do Rio de Janeiro. Esta atividade traz consigo um crescimento da economia local, porém, a maior parte de sua população fica alijada desse desenvolvimento econômico, estando subordinada aos serviços de baixa qualificação e remuneração. Percebemos que os maiores beneficiários de tal situação são os empreendedores turísticos.

Mascarenhas chama atenção para o desenvolvimento turístico perverso em localidades do interior do estado do Rio de Janeiro:

Todo este processo, a despeito de seu papel crucial na dinamização do interior fluminense, vem apresentando efeitos perversos no tocante aos aspectos ambientais e sócio-culturais. As novas cidades turísticas tendem acentuar a problemática capitalista da segregação sócio-espacial. Em muitos casos, o turismo e sua espacialidade se apresentam como uma extraterritorialidade, um “nexo externo” ao lugar. Uma autêntica verticalidade, se a tomamos como vetor de uma racionalidade distante, oriunda dos setores hegemônicos, criadora de um cotidiano obediente, de uma solidariedade que não é orgânica e sim organizacional. Aos nativos, em especial aos de menor poder aquisitivo, o exercício da cidadania se limita profundamente (2004, p. 9)

Acreditamos que uma cidade só será boa para o turismo se for boa para seus moradores. Desta forma, concordamos com Santos (2002) ao discursar sobre o

refortalecimento horizontal dos lugares. O autor acredita que isso é possível "reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo" (SANTOS, 2002, p. 288).

Cremos que ações solidárias, que priorizem o bem estar dos seres humanos, devem prevalecer em detrimento do dinheiro e do lucro de determinado grupo social. As políticas públicas não devem ser realizadas em função da vontade de grandes empresários, e sim, os interesses de empresários devem se adequar as vontades da população local, representadas pelo poder público. Consentindo com Santos:

Na realidade, a mesma fração do território pode ser recurso e abrigo, pode condicionar as ações mais pragmáticas e, ao mesmo tempo, permitir vocações generosas. Os dois movimentos são concomitantes. Nas condições atuais, o movimento determinante, com tendência a uma difusão avassaladora, é o da criação da ordem da racionalidade pragmática, enquanto a produção do espaço banal é residual. Pode-se, todavia, imaginar outro cenário, no qual o comportamento do espaço de fluxos seja subordinado não como agora ao dinheiro e encontre um freio a essa forma de manifestação, tornando-se subordinado à realização plena da vida, de modo que os espaços banais aumentem sua capacidade de servir à plenitude do homem (2009, p. 112)

Para finalizar, concordamos com Cruz (2006) ao afirmar que o desenvolvimento turístico ideal é alicerçado na justiça social, e deve priorizar a coletividade ao invés da individualidade, ou seja, o respeito aos direitos dos seres humanos deve estar na frente dos interesses puramente econômicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda. *Desenvolvimento Turístico ou Desenvolvimento Local? Algumas reflexões*. In: Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local. 03 a 06 de novembro de 2004. Curitiba/PR.
- _____. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. In: *Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales*, v.15, n. 919, 15 abr. 2011.
- ALVES JR, Edmundo de Drummond; MELO, Victor Andrade de. *Introdução ao Lazer*. Rio de Janeiro: Ed. Manole, 2003.
- ANJOS, Flávio Sacco. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.17: p.54-81, out. 2001.
- BAUDRILLARD, Jen. *La société de consommation*. Paris: Ed. Denoel, 1970.
- BAUDRILLARD, Jean. *Senhas*. Trad.: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Difel, 2001.
- CAPITAL DA SERESTA – Conservatória, a capital mundial da seresta. Disponível em: <<http://www.capitaldaseresta.kit.net>>. Acesso em: 18 out. 2011.
- CARLOS, Ana Fani de Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo et al. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 26
- CARLOS, A. F. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, A. F.; CARRERAS, C. (orgs.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.
- CASTRO, Demian Garcia. Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem: um olhar sobre as fazendas cafeeiras e açucareiras do interior fluminense. In: *Revisitando o Território Fluminense II*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008, p. 133-149.
- CHEIBUB, Bernardo Lazary. Apontamentos históricos sobre o turismo social. In: *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.5, n.3, p. 560-581, 2012.
- CLAVAL, Paul. *Terra dos Homens: A Geografia*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2010.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria

Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. In: *Revista de Gestão Costeira Integrada*, n.8, v.2, p. 277-287, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. O enfoque locacional na Geografia. In: *Terra Livre*, São Paulo, ano 1, n.1, p. 62-66, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. Reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade. In: *Revista da Anpege*, v.7, n.1, número especial, p. 59-65, out. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: *GEOGRAFIA: conceitos e temas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSTA, Nadja Maria Castilho da. Ecoturismo: abordagens e perspectivas geográficas. In: *Pelas trilhas do ecoturismo*. São Carlos: RiMa, 2008, p. 17-31.

CRUZ, Rita de Cássia. Turismo e o mito do desenvolvimento. In: *ESPAÇO E GEOGRAFIA*, v.3, jan-jun. 2000, pp. 21-31.

CRUZ, Rita de Cássia. Planejamento Governamental do Turismo: Convergências e Contradições na Produção do Espaço. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

FÉRIAS BRASIL: Guia de Viagens e Turismo. Disponível em: <<http://www.feriasbrasil.com.br/rj/conservatoria>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

FUSCO, Fabrício Marini. O planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento local: O Médio Vale do Paraíba Fluminense – RJ. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Org). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. p. 61 – 84.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HOBBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IRVING, Marta Azevedo. *Ecoturismo em Áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social*. In: *Pelas Trilhas do Ecoturismo*. São Carlos: RiMa, 2008, PP. 3-15.

LEFÉBVRE, Henri. *La producion de L' espace*. Paris: Antrophos, 1974.

LIMONAD, Ester. “Yes, Nós temos bananas!” Praias, Condomínios fechados, Resorts e Problemas socioambientais. In: *Geographia*, ano 9, n. 17, Niterói, RJ: UFF, 2007. p. 163-168

- LIMONAD, Ester. Na trilha do Sol: urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro. In: *Estado e Capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Editora C/Arte, 2011, p. 131-148.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: Um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: Lima, Luiz Cruz (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: Ed. UECE, 1998. p. 15-29.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. *Turismo e Meio Ambiente na mitificação dos lugares*. In: *Turismo em Análise*. São Paulo, 2000, 11 (1):35-43.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. *Centro Histórico – Mercantilização e territorialidades do Patrimônio Cultural Urbano*. In: *Geographia*, ano 7, nº 14. Niterói/RJ, UFF, 2006.
- MARAFON, Glaucio Jose. *Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense*. Campo-território: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, v.1, n.1, p. 17-40, fevereiro de 2006.
- MARQUES, Evandro Cyrillo. *Do café às serestas e serenatas: O turismo cultural em Conservatória – RJ*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- MASCARENHAS, Gilmar. *Cenários Contemporâneos da Urbanização Turística*. Caderno Virtual de Turismo. v.4, n.4, 2004.
- MESQUITA, Érika. *Um olhar Sócio-geográfico sobre o Turismo*. In: *Em questão*, Porto Alegre, v.12, n.2, jun/dez 2006.
- NATAL, Caroline Beserra. As fazendas de café no Vale do Paraíba: uma análise sobre a “ressignificação” dos espaços rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Revisitando o território fluminense III*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2010. p. 25 – 47.
- OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. VITTE, Claudete de Castro. *O fenômeno turístico e suas implicações na cidade de Ouro Preto*. In: II Encontro da ANPPAS. São Paulo, 2004.
- RODRIGUES, Adyr. *Turismo e desenvolvimento local – discurso e eficácia*. In: 9º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2003, Mérida. 9º Encontro de Geógrafos da América Latina. Mérida, 2003.
- RODRIGUES, Adyr. Geografia do Turismo: novos desafios. In: *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

RAMOS, Tatiana Tramontani. *Reestruturação produtiva e des-territorialização no Médio Vale do Paraíba Fluminense*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2005.

RUA, João. Desenvolvimento, Espaços e Sustentabilidades. In: RUA, João (org.). *Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva multidimensional da Geografia*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *O trabalho do Geógrafo do Terceiro Mundo*. A Geografia Geral e a Geografia Regional. São Paulo. Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2009.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L. e ROZENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SERESTEIROS DE CONSERVATÓRIA. Museu da Seresta e da Serenata. Disponível em: <<http://www.seresteiros.com.br/museu.htm>>. Acesso em: 15.11.2014.

SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.